



Submetido 19/11/25; Avaliado 13/4/26; Revisado: 14/4/26; Aceito: 15/4/26; Publicado: 15/04/26

CONCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE EXIGÊNCIAS
SANITÁRIAS EM ALIMENTOS PROCESSADOS

CONCEPTIONS OF FAMILY FARMERS ABOUT SANITARY REQUIREMENTS IN
PROCESSED FOODS

CONCEPCIONES DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE REQUISITOS
SANITARIOS EN ALIMENTOS PROCESADOS

ODS¹ a que a temática está vinculada: *Fome Zero e Agricultura Sustentável*

Marcela Cristina Costa - <https://orcid.org/0009-0005-4783-5368> 

Gustavo Timoteo Bispo - <https://orcid.org/0009-0008-6168-9709> 

Nadja Maria Gomes Murta - <https://orcid.org/0000-0003-3904-9808> 

Isabel Cristina Bento - <https://orcid.org/0000-0002-5205-7821> 

Luciana Neri Nobre - <https://orcid.org/0000-0001-5709-7729> 

Resumo: Este estudo teve como objetivo conhecer e analisar as percepções de agricultores familiares sobre as dificuldades encontradas para atender às exigências da vigilância sanitária, considerando as Resoluções da Diretoria Colegiada - RDC nº 275/2002 e RDC nº 49/2013. Estudo transversal, de natureza quali-quantitativa, com 43 agricultores familiares que fornecem alimentos processados ao PNAE em sete municípios da comarca de Diamantina/MG. Foram coletados, por meio de um questionário, dados sociodemográficos e as principais dificuldades encontradas para atender às exigências da vigilância sanitária na produção de alimentos para o PNAE, cujas respostas foram analisadas pela técnica de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os resultados mostraram idade média de 50,97 anos, predominância feminina (76,19%), de baixa escolaridade (45,24 % ensino fundamental I), renda entre 1 e 2 salários mínimos (64,29%) e dependência parcial da agricultura familiar como fonte de renda (45,24%). Os principais desafios apontados foram: falta de recursos financeiros, estrutura física inadequada, matéria-prima, capacitação técnica e equipamentos industriais. A análise evidenciou convergência com as normas quando os agricultores reconhecem a necessidade de infraestrutura e equipamentos, mas

¹ Este trabalho vincula-se a 01 ou mais ODS - [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, Brasil. Mestre em Estudos Rurais.

³ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, Brasil. Mestre em Estudos Rurais.

⁴ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, Brasil. Professora do Departamento de Nutrição Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais e em Saúde, Sociedade e Ambiente.

⁵ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, Brasil. Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição.

⁶ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, Brasil. Professora do Departamento de Nutrição e Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição.

distanciamento prático devido às limitações financeiras, estruturais e de capacitação. **Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Vigilância Sanitária. Políticas Públicas. Sustentabilidade.

Abstract: This study aimed to understand and analyze how family farmers perceive the difficulties they encounter in meeting sanitary surveillance requirements established by Resolutions RDC 275/2002 and RDC 49/2013. It was a cross-sectional study with qualitative and quantitative components, involving forty-three family farmers who supply processed foods to the National School Feeding Program in seven municipalities in the Diamantina district of Minas Gerais. Sociodemographic information and the main challenges related to compliance with sanitary surveillance rules were collected through a questionnaire, and the answers were examined using the Collective Subject Discourse technique. The results indicated an average age of 50.97 years, a predominance of women, low educational levels, income ranging from one to two minimum wages, and partial dependence on family farming as a source of income. The main difficulties reported by participants included limited financial resources, inadequate physical structures, restricted access to raw materials, insufficient technical training, and a lack of industrial equipment. The analysis showed that farmers recognize the importance of proper infrastructure and equipment to comply with regulations, yet their everyday practice remains constrained by financial, structural, and training limitations. **Keywords:** Family Farming; Sanitary. Surveillance. Public Policies. Sustainability.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo comprender y analizar las percepciones de los agricultores familiares sobre las dificultades encontradas para cumplir con los requisitos de la vigilancia sanitaria establecidos por las Resoluciones RDC 275/2002 y RDC 49/2013. Se realizó un estudio transversal, con enfoque cualitativo y cuantitativo, que incluyó a cuarenta y tres agricultores familiares proveedores de alimentos procesados para el Programa Nacional de Alimentación Escolar en siete municipios de la comarca de Diamantina, en Minas Gerais. Se recopilieron datos sociodemográficos y las principales dificultades relacionadas con el cumplimiento de las normas de vigilancia sanitaria mediante un cuestionario, y las respuestas fueron analizadas con la técnica del Discurso del Sujeto Colectivo. Los resultados indicaron una edad promedio de cincuenta coma noventa y siete años, predominio femenino, bajo nivel educativo, ingreso entre uno y dos salarios mínimos y dependencia parcial de la agricultura familiar como fuente de sustento. Las dificultades más citadas fueron la falta de recursos financieros, infraestructura inadecuada, disponibilidad limitada de materia prima, capacitación insuficiente y escasez de equipos industriales. El análisis mostró que los agricultores reconocen la importancia de disponer de condiciones adecuadas para cumplir la normativa, aunque las limitaciones económicas, estructurales y formativas dificultan su aplicación en la realidad. **Palabras clave:** Agricultura Familiar. Vigilancia Sanitaria. Políticas Públicas. Sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e nutricional é um desafio global, e a agricultura familiar tem se destacado como uma das principais alternativas para enfrentá-lo, por seu papel na produção de alimentos e no fortalecimento das comunidades rurais (Chao, 2024). No Brasil, apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda há desigualdade no acesso à alimentação adequada e saudável (PENSSAN, 2022; Leite; Leite, 2022).

A agricultura familiar é caracterizada por propriedades com até quatro módulos fiscais e pelo uso predominante de mão de obra familiar (Brasil, 2006). Essa modalidade de produção é predominante entre os estabelecimentos agrícolas do país e desempenha papel fundamental na oferta de alimentos para o mercado interno, contribuindo de forma significativa para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. Também tem papel relevante na economia dos pequenos municípios, sendo a principal atividade econômica em 90% daqueles com até 20 mil habitantes (Tenchini *et al.*, 2025).

Nos últimos anos, esse setor tem recebido mais atenção por meio de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção local, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), criados para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (Zahaikevitch *et al.*, 2022). Além disso, programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ajudaram a garantir mercados institucionais para esses agricultores, promovendo maior inclusão produtiva (Brasil, 2009; Moreira-Dantas *et al.*, 2023).

Mesmo com esses avanços, muitos agricultores familiares ainda enfrentam dificuldades para atender às exigências legais, principalmente as sanitárias. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 275/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelece o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação, e a Resolução RDC nº 49/2013 dispõe sobre boas práticas para estabelecimentos que processam alimentos de origem vegetal ou animal de forma artesanal (Brasil, 2002; 2013). Essas normas têm como objetivo garantir a segurança dos alimentos produzidos, mas muitas vezes não consideram as realidades e limitações do meio rural.

Dentre os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares para cumprir essas normas estão: a falta de estrutura física adequada, escassez de recursos financeiros, dificuldades de acesso à assistência técnica e à informação qualificada. Além disso, as características sociodemográficas desses produtores, como escolaridade, renda, idade e gênero também podem influenciar a forma como eles percebem e enfrentam essas dificuldades (Grisa; Schneider, 2014).

Compreender como os próprios agricultores enxergam essas barreiras é fundamental para criar políticas públicas mais justas e eficazes, que respeitem as particularidades da agricultura familiar e promovam o desenvolvimento rural com inclusão social, geração de renda e preservação ambiental (Berchin *et al.*, 2019; Casagrande *et al.*, 2024).

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo conhecer e analisar as percepções de agricultores familiares que fornecem alimentos processados para escolas municipais de municípios mineiros, por meio do PNAE, sobre as dificuldades enfrentadas na produção de alimentos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, de natureza quali-quantitativa, realizado entre 2023 e 2025, com agricultores familiares que fornecem alimentos processados a escolas públicas municipais por meio do PNAE, residentes nos municípios de Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Diamantina, Datas, Presidente Kubitschek e Gouveia, localizados nas microrregiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, em Minas Gerais, Brasil.

Este estudo faz parte do projeto “educação alimentar e nutricional na escola: promovendo ciência colhendo saúde, financiado pela Fapemig (processo APQ-04293-22); o qual está inserido num Programa de extensão com *interface* na pesquisa intitulado "Ambiente Escolar: Espaço para Promoção da Saúde e da Alimentação Saudável", que objetiva monitorar o estado nutricional de escolares e favorecer que a Educação Alimentar e Nutricional seja incorporada no processo ensino-aprendizagem das escolas municipais de uma comarca mineira. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 3.602.675, com aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após identificação dos agricultores familiares que forneciam alimentos, com algum grau de processamento, para o PNAE, junto aos nutricionistas técnicos do programa nos municípios estudados, os agricultores foram convidados para participarem do estudo. Foi realizada entrevista com aqueles que aceitaram participar do estudo mediante agendamento prévio de visita *in loco*. Estes responderam a um questionário semiestruturado contendo questões sobre condições sociodemográficas, produtos comercializados, um *checklist* para avaliar condições físicas e sanitárias dos estabelecimentos onde os agricultores produzem alimentos para o PNAE, bem como conhecer as percepções de agricultores familiares sobre as dificuldades enfrentadas na produção de alimentos para o PNAE segundo normas da Vigilância Sanitária.

Para este estudo serão utilizados dados sociodemográficos, sendo eles: sexo (masculino, feminino), idade (em anos), escolaridade (analfabeto, ensino fundamental I, ensino fundamental II, ensino superior), estado civil (solteiro, separado, casado/união estável), renda familiar bruta (menos de 1 salário mínimo (SM), 1 a 2 SM, 3 a 4 SM) e se a agricultura familiar constituía a principal fonte de renda da família (sim, não). Além disso, uma pergunta aberta: “Para você, quais são os principais desafios encontrados para adaptar o seu estabelecimento às normas da Vigilância Sanitária?”

A pergunta aberta foi gravada, transcrita e submetida à Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Essa técnica permite reunir as falas individuais em discursos-síntese que

representam o pensamento coletivo dos participantes. A análise foi conduzida em três etapas: identificação das expressões-chave, extração das ideias centrais e construção dos discursos do sujeito coletivo. O DSC oferece uma visão qualitativa integrada, enquanto as ideias centrais correspondem a unidades temáticas mais objetivas extraídas desse discurso (Lefèvre; Lefèvre, 2010).

Foram realizadas análises descritivas utilizando software Stata[®] (versão 16.0, StataCorp LLP, College Station, TX, 2019). Por fim, As ideias centrais dos participantes foram sistematizadas em relação às exigências das Resoluções RDC nº 275/2002 e RDC nº 49/2013, evidenciando áreas de convergência, nas quais os discursos corroboram as normativas vigentes, e áreas de distanciamento, apontando lacunas e desafios para a adequação às regulamentações sanitárias (Brasil, 2002; Brasil, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo 43 agricultores familiares que forneciam alimentos regularmente para o PNAE nos sete municípios mineiros estudados. A maioria dos agricultores são do sexo feminino (76,19%), na faixa de idade de 34 a 79 anos, média de idade 50,97 anos, com ensino fundamental, casados/união estável, com renda entre 1 a 2 salários mínimos e a agricultura familiar não sendo a principal fonte de renda da família (Tabela 1).

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico de agricultores familiares fornecedores do PNAE (n=43)

Variável	média (DP)	
Idade	50,97(10,03)	
Variáveis	n	%
Sexo		
Masculino	10,00	23,81
Feminino	32,00	76,19
Escolaridade		
Analfabeto	4,00	9,52
Ensino Fundamental I	19,00	45,24
Ensino Fundamental II	18,00	42,86
Ensino Superior	1,00	2,38
Estado Civil		
Solteiro	10,00	23,81
Separado	1,00	2,38
Casado/união estável	31,00	73,81
Renda		
Menos de 1 salário mínimo	13,00	30,95
1 a 2 salários mínimos	27,00	64,29

CONCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS EM ALIMENTOS PROCESSADOS

Área Temática de Extensão: Trabalho

3 a 4 salários mínimos	2,00	4,76
Agricultura familiar é a principal fonte de renda		
Sim	19,00	45,24
Não	23,00	54,76

DP = Desvio padrão.

Fonte: Dados da pesquisa (2023-2025).

Esse cenário evidencia tanto avanços quanto desafios das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil. A predominância feminina e a faixa etária entre os agricultores familiares são características recorrentes, indicando o envelhecimento da população rural e a crescente participação das mulheres na produção agrícola. A baixa escolaridade e a dependência de múltiplas fontes de renda sugerem vulnerabilidade socioeconômica, o que pode limitar o acesso a políticas de crédito, assistência técnica e inovação. Além disso, a agricultura familiar não ser a principal fonte de renda reforça a necessidade de políticas integradas que promovam a diversificação e a valorização do trabalho rural (Berchin *et al.* 2019; Carneiro; Montebello, 2024).

O PNAE, ao exigir a compra de pelo menos 30% dos alimentos da agricultura familiar, tem sido fundamental para promover a inclusão produtiva e a segurança alimentar, especialmente entre grupos mais vulneráveis (Brasil, 2009). No entanto, estudos apontam que a efetivação dessas políticas enfrenta desafios, como dificuldades burocráticas, falta de organização dos agricultores e limitações na capacidade de oferta regular e diversificada (Carneiro; Montebello, 2024). Apesar disso, há consenso de que programas como PNAE e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF contribuem para a permanência das famílias no campo, fortalecimento de associações e melhoria das condições de vida rural (Berchin *et al.* 2019; Carneiro; Montebello, 2024).

Embora as políticas públicas tenham alcançado avanços importantes, persistem desafios relacionados à ampliação do acesso, à adequação das ações às especificidades dos grupos beneficiados e à garantia de recursos contínuos (Chies; Rocha, 2015). O perfil identificado neste estudo reforça a necessidade de políticas que considerem as desigualdades de renda, além de estratégias para estimular a sucessão rural e a valorização da agricultura familiar como atividade principal.

Os resultados apresentados no Quadro 1 mostram a proporção das ideias centrais referentes às concepções dos agricultores familiares sobre as dificuldades para atender às exigências da vigilância sanitária em Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Senador Modestino Gonçalves, Diamantina, Datas, Presidente Kubitschek e Gouveia municípios mineiros no período de 2023 a 2025. A maior parte das respostas está relacionada à



dificuldade em obter uma estrutura adequada conforme as normas da vigilância sanitária, associada à falta de recursos financeiros, representando 30,95% das respostas.

A questão financeira isoladamente aparece em 33,33% das respostas, reforçando que o principal desafio para os agricultores é a falta de recursos para investir em adequações, equipamentos e melhorias estruturais, mesmo com a vontade e conhecimento das exigências normativas.

Quadro 1 - Proporção das ideias centrais referentes às concepções dos agricultores familiares sobre as dificuldades para atender às exigências da vigilância sanitária - Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Senador Modestino Gonçalves - Minas Gerais - Brasil (2023-2025)

Ideia Central (IC)	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Nº de respostas	%
IC.1A -Dificuldade em ter uma estrutura adequada segundo exigências a vigilância sanitária e falta de recursos financeiros	Eu sei que preciso de um espaço separado e adequado para produzir, conforme as exigências da vigilância sanitária. Entendo que o local deve ser organizado, com cerâmica, áreas distintas e bancadas de inox, para garantir a segurança dos alimentos. Mas, infelizmente, não tenho condições financeiras para fazer essa adaptação. O custo é muito alto, e nem consigo comprar os equipamentos básicos que preciso. Quero seguir todas as normas porque sei da importância, mas sem ajuda financeira é impossível estruturar um ambiente que atenda a esses requisitos. Estou tentando manter tudo limpo e organizado com o que tenho, mas a falta de recursos pesa demais e dificulta muito cumprir as regras da vigilância.	13,00	30,23
IC.2A -Falta de recursos financeiros	DSC.2A -O meu maior desafio é o dinheiro. Eu tenho vontade de fazer tudo certinho, mas falta recurso, falta ajuda. Já pensei em montar meu espaço de produção, mas não dá, o que me impede é o financeiro. Eu até recebo orientação, faço curso, mas o pouco que ganho mal dá pra remédio. Eu sei que preciso de um espaço com estrutura adequada, tudo separado e organizado, mas o que falta mesmo é recurso financeiro para fazer essas adaptações. Sem dinheiro, não consigo investir no que a vigilância exige. Se tivesse apoio, poderia melhorar tudo.	14,00	32,56
IC.3A -Falta de estrutura, recurso, matéria prima, e capacitação	DSC.3A -O principal desafio pra mim é ter um lugar adequado, do jeito que a vigilância pede, mas falta dinheiro até pra comprar o básico. Além disso, eu preciso aprender como fazer tudo certo, porque do jeito antigo não serve mais. Sem contar que ainda enfrente problema com a água, que não tem a qualidade e a quantidade que precisa. E tem a matéria-prima, que nem sempre consigo. Eu queria muito fazer tudo direitinho, mas hoje eu não tenho condição.	4,00	9,30
IC.4A -Equipamentos industriais exigidos pelas normas	DSC.4A -As normas exigem equipamentos industriais, como máquina para corante ou forno. Mas o investimento é alto demais e, às vezes, nem compensa.	1,00	2,33

Fonte: Dados da pesquisa (2023-2025).

Quadro 2 - Proporção das ideias centrais referentes às concepções dos agricultores familiares sobre as dificuldades para atender às exigências da vigilância sanitária - Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Senador Modestino Gonçalves - Minas Gerais - Brasil (2023-2025) - Continuação

Ideia Central (IC)	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Nº de respostas	%
IC.5A -Concorrência e o baixo retorno das vendas	DSC.5A - O grande desafio para mim é a concorrência. Quem faz de qualquer jeito vende mais barato. Eu faço tudo certo, adapto o espaço, e isso dobra o custo do produto. Eu não tenho como adaptar porque o que eu vendo é muito pouco. Eu sou pequeno produtor. Não compensa fazer um investimento grande com retorno quase nenhum. Por isso, não posso construir mais cômodos ou adaptar como a vigilância pede. Se eu tivesse condição, já teria feito.	3,00	6,98
IC.6A -Falta de mercado para vender o produto	DSC.6A- parte da vigilância eu já consegui, está tudo certo com alvará e estrutura. O problema agora é comercial. Falta empresa que receba o meu produto. Eu quero vender, mas o mercado é fechado. Fazer o produto certo é uma coisa, mas não adianta se não tiver transporte nem local para entregar. Isso que me desanima. Falta onde vender.	3,00	6,98
IC.7A -Não tem dificuldade	DSC.7A -Eu não vejo desafio porque minha produção é pequena e já me adaptei do meu jeito.	3,00	6,98
	Ideia Central excluída	2,00	4,65
	Total	43,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2023-2025).

A dificuldade em investir em infraestrutura adequada para atender às normas sanitárias é reconhecida em estudos como um dos principais entraves para a inclusão efetiva dos agricultores familiares em políticas públicas de compras institucionais, como o PNAE. Mesmo quando há conhecimento das exigências normativas, a falta de capital impede a implementação das adequações necessárias, perpetuando a exclusão desses produtores dos mercados formais. Além disso, a efetividade das políticas, como PRONAF e PNAE, são limitadas quando não há suporte financeiro suficiente para que os agricultores possam cumprir as exigências legais e sanitárias (Berchin *et al.* 2019; Chies; Rocha, 2015). Percebe-se ainda que, a burocracia e a falta de assistência técnica podem agravar este cenário, dificultando o acesso aos programas e a regularização sanitária.

A situação enfrentada pelos agricultores familiares nos municípios estudados é semelhante à de outras regiões do país, onde a participação dos agricultores familiares em programas públicos ainda é restrita devido a barreiras financeiras e informacionais. Além da questão financeira, é fundamental a oferta de capacitação e simplificação de processos de

trabalho para alcançar as demandas da vigilância sanitária (Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2014; Chies; Rocha, 2015; Espeschit; Santana; Moreira, 2021).

Os resultados apresentados no Quadro 2 evidenciam que existem pontos de convergência e distanciamento entre as percepções dos agricultores familiares e as exigências das Resoluções RDC nº 275/2002 e RDC nº 49/2013. Na prática, os agricultores familiares demonstram alinhamento com as normas sanitárias quando reconhecem a necessidade de estrutura adequada e o uso de equipamentos industriais, mostrando consciência das exigências técnicas para garantir a segurança alimentar. Esse reconhecimento é importante, pois indica que parte dos agricultores compreende e busca atender às normas, mesmo diante das dificuldades (Nowak *et al.*, 2023).

Por outro lado, os principais desafios relatados, como a falta de recursos financeiros, estrutura, matéria-prima e capacitação, revelam um distanciamento prático em relação ao cumprimento integral das normas. Estudos apontam que a limitação de acesso a crédito, a ausência de investimentos em infraestrutura e a carência de assistência técnica são barreiras recorrentes para a adequação sanitária na agricultura familiar (Pettan-Brewer *et al.*, 2021; Laurett; Paço; Mainardes, 2021). Isso explica por que, mesmo com conhecimento das exigências, muitos agricultores não conseguem implementá-las plenamente.

Além das questões técnicas, os agricultores também enfrentam desafios econômicos que não são contemplados pelas normas, como a concorrência e a dificuldade de acesso ao mercado. Essas barreiras impactam diretamente a sustentabilidade do negócio, mas estão fora do escopo das resoluções sanitárias, exigindo políticas públicas complementares para apoiar a comercialização e a geração de renda (Nowak *et al.*, 2023).

Estudos sugerem necessidade de ampliação no acesso ao crédito rural, investimentos em infraestrutura, capacitação técnica e políticas integradas que facilitem o cumprimento das normas e promovam a inclusão produtiva dos agricultores familiares (Leite & Leite, 2002; Casagrande *et al.*, 2024; TENCHINI *et al.*, 2025). O exemplo dos participantes que não relatam dificuldades pode estar relacionado ao acesso prévio a esses apoios ou à participação em redes de cooperação, indicando caminhos para boas práticas. E neste estudo foram visitados agricultores que produzem em cooperativas, e eles apresentaram tanto estrutura física quanto higiênico sanitária adequadas.

**CONCEPÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE EXIGÊNCIAS
SANITÁRIAS EM ALIMENTOS PROCESSADOS**

Área Temática de Extensão: Trabalho

Quadro 3 - Relação entre as ideias centrais e as Resoluções RDC nº 275/2002 e RDC nº 49/2013

Ideia Central (IC)	Descrição resumida	Relação com RDC nº 275/2002 e RDC nº 49/2013	Convergência / Distanciamento	Observações
IC.1A	Estrutura adequada segundo exigências e falta de recursos financeiros	A norma exige estrutura adequada para segurança alimentar	Convergência (reconhecimento da norma)	Ressalta a dificuldade financeira para cumprir exigências
IC.2A	Falta de recursos financeiros	Normas exigem investimentos em infraestrutura e processos	Distanciamento (limitação prática)	Impacta diretamente a implementação correta da norma
IC.3A	Falta de estrutura, recursos, matéria-prima e capacitação	Exigência de condições técnicas, materiais e capacitação do pessoal	Distanciamento (deficiências apontadas)	Reforça barreiras para adequação plena
IC.4A	Equipamentos industriais exigidos pelas normas	RDC prevê equipamentos específicos para controle sanitário	Convergência (consciência das exigências técnicas)	Pode indicar esforço para cumprimento técnico
IC.5A	Concorrência e baixo retorno das vendas	Normas não tratam diretamente da concorrência ou retorno financeiro	Distanciamento (não abordado pela norma)	Limitação econômica fora do escopo normativo
IC.6A	Falta de mercado para vender o produto	Normas focam na produção e segurança, não mercado	Distanciamento (fora do alcance da regulamentação)	Impacta sustentabilidade do negócio
IC.7A	Não tem dificuldade	Cumprimento total das exigências normativas	Convergência (adesão plena)	Exemplo positivo, referência para boas práticas

Fonte: Dados da pesquisa (2023-2025).

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o fato de a amostra ter sido composta por agricultores familiares de apenas sete municípios de Minas Gerais, localizados numa mesma região de Minas Gerais, ou seja, no Vale do Jequitinhonha, o que pode dificultar a generalização dos resultados para outras regiões do estado ou do país. Além disso, a dependência do autorrelato dos agricultores torna os dados sujeitos a vieses de percepção e memória. Outra limitação é que o estudo incluiu apenas fornecedores do PNAE, sendo possível que agricultores familiares que não participam desse programa enfrentam desafios diferentes ou adicionais.

Entre os pontos positivos, ressalta-se a utilização da técnica de Discurso do Sujeito Coletivo, que permite sintetizar as percepções individuais em uma visão coletiva, enriquecendo a análise qualitativa. A combinação de abordagens qualitativa e quantitativa proporciona um panorama mais completo do perfil dos participantes e de suas dificuldades. Outro ponto relevante é a relação direta das percepções dos agricultores com as exigências legais, permitindo identificar lacunas práticas na implementação das normas sanitárias.



CONCLUSÃO

Conclui-se que, embora os agricultores familiares reconheçam a importância das normas sanitárias e do uso de infraestrutura e equipamentos adequados para produção segura de alimentos, a implementação prática dessas exigências enfrenta barreiras significativas. O principal desafio é a falta de recursos financeiros, seguida de limitações de estrutura física, matéria-prima e capacitação técnica. Além disso, fatores econômicos, como baixa rentabilidade, concorrência e dificuldade de acesso ao mercado, restringem a sustentabilidade das atividades. Esses resultados indicam a necessidade de políticas públicas integradas que ofereçam suporte financeiro, capacitação, assistência técnica e acesso a mercados, promovendo a inclusão produtiva e fortalecendo a agricultura familiar de forma sustentável nos municípios estudados.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem aos estudantes, pais ou responsáveis e às equipes escolares dos municípios da Comarca de Diamantina/MG pela participação e acolhimento durante a coleta de dados, bem como aos acadêmicos do curso de Nutrição da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) pelo auxílio na coleta de dados. E ainda, agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG).

SUPORTE FINANCEIRO: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), processo APQ-04293-22, e Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG).

REFERÊNCIAS

BERCHIN, I. I. *et al.* The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. **Land Use Policy**, v. 82, p. 573-584, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.043>. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. [Agência Nacional de Vigilância Sanitária]. **Resolução RDC nº 49, de 26 de julho de 2013**. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e da economia solidária e dá outras providências. Brasília, DF: ANVISA, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. [Agência Nacional de Vigilância Sanitária]. **Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília, DF: ANVISA, 2002. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/anexos/anexo_res0275_21_10_2002_rep.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação]. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-cd-fnde-no-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2023/2024**. Brasília, DF: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/cartilha-plano-safra-2023-2024/>. Acesso em: 15 set. 2025.

CARNEIRO, J. A.; MONTEBELLO, A. E. S. Public Policies, Sustainable Purchases and Family Farming in Brazil – 2013 a 2023. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, v. 18, n. 4, e08008, 2024. Disponível em: doi.org. Acesso em: 12 set. 2025.

CASAGRANDE, D. *et al.* Public food procurement and production: Evidence of the food acquisition program in Brazil. **Food Policy**, v. 126, 102656, 2024. Disponível em: doi.org. Acesso em: 12 set. 2025.

CHAO, K. Family farming in climate change: Strategies for resilient and sustainable food systems. **Heliyon**, v. 10, n. 7, e28599, 2024. Disponível em: doi.org. Acesso em: 12 set. 2025.

CHIES, C.; ROCHA, M. M. A agricultura familiar e as políticas públicas: avaliação dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. **Revista Percursos - NEMO**, v. 7, n. 1, p. 27-54, 2015. Disponível em: uem.br. Acesso em: 8 set. 2025.

ESPESCHIT, I. F.; SANTANA, C. M.; MOREIRA, M. A. S. Public policies and One Health in Brazil: The challenge of the disarticulation. **Frontiers in Public Health**, v. 9, 644748, 2021. Disponível em: doi.org. Acesso em: 12 set. 2025.

FAO; OECD. **OECD-FAO Agricultural Outlook 2015-2024**. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cc0639en>. Acesso em: 2 out. 2025.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: doi.org. Acesso em: 12 set. 2025.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social**: um enfoque quali-quantitativo. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2010.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 3, p. 528-538, 2022. Disponível em: doi.org. Acesso em: 12 set. 2025.

MOREIRA-DANTAS, I. R. *et al.* Rural credit acquisition for family farming in Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 101, 103041, 2023. Disponível em: doi.org. Acesso em: 15 set. 2025.

PETTAN-BREWER, C. *et al.* From the approach to the concept: One Health in Latin America. **Frontiers in Public Health**, v. 9, 687110, 2021. Disponível em: doi.org. Acesso em: 15 set. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN)**: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 2 out. 2025.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 205-222, 2014. Disponível em: doi.org. Acesso em: 15 set. 2025.

STATA CORP. **Stata Statistical Software**: Release 16. College Station, TX: StataCorp LLC, 2019.

TENCHINI, F. P. *et al.* Integrating sustainability and productivity: The role of public policies in Brazilian family farming. **Journal of Rural Studies**, v. 119, 103811, 2025. Disponível em: doi.org. Acesso em: 15 set. 2025.

WORLD FOOD PROGRAMME; UNICEF. **The state of food security and nutrition in the world 2022**: adapting food systems for affordable healthy diets. Rome: FAO, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cc0639en>. Acesso em: 2 out. 2025.

ZAHAIKEVITCH, E. V. *et al.* Contemporary public policies to strengthen family farming in the international perspective: A bibliometric study. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 8, n. 1, 8, 2022. Disponível em: doi.org. Acesso em: 15 set. 2025.